



A pessoa idosa: educação e cidadania

FUTURIDADE

***PLANO ESTADUAL
PARA A PESSOA IDOSA***



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

José Serra
Governador

Rita Passos
Secretária Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Nivaldo Campos Camargo
Secretário Adjunto

Carlos Fernando Zuppo Franco
Chefe de Gabinete

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS

Departamento de Comunicação Institucional – DCI

Paulo José Ferreira Mesquita
Coordenador

Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

Cláudio Alexandre Lombardi
Coordenador

Coordenadoria de Ação Social – CAS

Tânia Cristina Messias Rocha
Coordenadora

Coordenadoria de Desenvolvimento Social – CDS

Isabel Cristina Martin
Coordenadora

Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios – CAF

Carlos Alberto Facchini
Coordenador

Fundação Padre Anchieta

Paulo Markun
Presidente

Fernando Almeida
Vice-Presidente

Coordenação Executiva – Núcleo de Educação

Fernando Almeida
Fernando Moraes Fonseca Jr.
Mônica Gardeli Franco

Coordenação de Conteúdo e Qualidade

Gabriel Priolli

Coordenação de Produção – Núcleo de Eventos e Publicações

Marilda Furtado
Tissiana Lorenzi Gonçalves

Equipe de Produção do Projeto

Coordenação geral

Áurea Eleotério Soares Barroso
SEADS

Fernando Moraes Fonseca Jr.
Fundação Padre Anchieta

Desenvolvimento

SEADS

Elaine Cristina Moura
Ivan Cerlan
Janete Lopes

Márcio de Sá Lima Macedo

Organização dos conteúdos/textos

Áurea Eleotério Soares Barroso

Colaboradores

Clélia la Laina, Edwiges Lopes Tavares, Izildinha Carneiro,
Ligia Rosa de Rezende Pimenta, Maria Margareth Carpes,
Marilena Rissuto Malvezzi, Paula Ramos Vismona,
Renata Carvalho, Rosana Saito, Roseli Oliveira

Produção editorial

Maria Carolina de Araujo
Coordenação editorial

Marcia Menin
Copidesque e preparação

Paulo Roberto de Moraes Sarmento
Revisão

Projeto gráfico, arte, editoração e produção gráfica

Mare Magnum Artes Gráficas

Ilustrações

Adriana Alves

UMA REALIZAÇÃO



FUNDAÇÃO
PADRE ANCHIETA

Direitos de cópia

Serão permitidas a cópia e a distribuição dos textos integrantes desta obra sob as seguintes condições: devem ser dados créditos à SEADS – Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo e aos autores de cada texto; esta obra não pode ser usada com finalidades comerciais; a obra não pode ser alterada, transformada ou utilizada para criar outra obra com base nesta; esta obra está licenciada pela Licença Creative Commons 2.5 BR (informe-se sobre este licenciamento em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/br/>)
As imagens fotográficas e ilustrações não estão incluídas neste licenciamento.

A pessoa idosa: educação e cidadania

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silveira, Nadia Dumara Ruiz

A pessoa idosa : educação e cidadania / Nadia Dumara Ruiz Silveira, Maria Cristina Bortolozzo, Dirce Maran de Carvalho ; [coordenação geral Áurea Eleotério Soares Barroso]. -- São Paulo : Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social : Fundação Padre Anchieta, 2009.

Bibliografia.

1. Administração pública 2. Cidadania 3. Envelhecimento
4. Idosos - Cuidados 5. Planejamento social 6. Política social
7. Políticas públicas 8. Qualidade de vida 9. Serviço social junto a idosos I. Bortolozzo, Maria Cristina. II. Carvalho, Dirce Maran de. III. Barroso, Áurea Eleotério Soares. IV. Título.

09-09546

CDD-362.6

Índices para catálogo sistemático:

1. São Paulo : Estado : Idosos : Estado e assistência e desenvolvimento social : Bem-estar social 362.6
2. São Paulo : Estado : Plano Estadual para a Pessoa Idosa- Futuridade : Bem-estar social 362.6

[...] nós envelheceremos um dia, se tivermos este privilégio. Olhemos, portanto, para as pessoas idosas como nós seremos no futuro. Reconheçamos que as pessoas idosas são únicas, com necessidades e talentos e capacidades individuais, e não um grupo homogêneo por causa da idade.

KOFI ANNAN, EX-SECRETÁRIO-GERAL DA ONU.

Prezado(a) leitor(a),

Temos a grata satisfação de fazer a apresentação deste material elaborado pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SEADS) e pela Fundação Padre Anchieta - TV Cultura.

Um dos objetivos do Plano Estadual para a Pessoa Idosa do Governo do Estado de São Paulo - Futuridade, coordenado pela SEADS, é propiciar formação permanente de profissionais para atuar com a população idosa, notadamente nas Diretorias Regionais de Assistência Social (DRADS).

No total, esta série contém dez livros e um vídeo, contemplando os seguintes conteúdos: o envelhecimento humano em suas múltiplas dimensões: biológica, psicológica, cultural e social; legislações destinadas ao público idoso; informações sobre o cuidado com uma pessoa idosa; o envelhecimento na perspectiva da cidadania e como projeto educativo na escola; e reflexões sobre maus-tratos e violência contra idosos.

Com esta publicação, destinada aos profissionais que desenvolvem ações com idosos no Estado de São Paulo, o Futuridade dá um passo importante ao disponibilizar recursos para uma atuação cada vez mais qualificada e uma prática baseada em fundamentos éticos e humanos.

Muito nos honra estabelecer esta parceria entre a SEADS e a Fundação Padre Anchieta - TV Cultura, instituição que acumula inúmeros prêmios em sua trajetória, em razão de serviços prestados sempre com qualidade.

Desejo a todos uma boa leitura.

Um abraço,

Rita Passos
Secretária Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Sumário

Educação, envelhecimento e cidadania

Nadia Dumara Ruiz Silveira 11

Realidade sociocultural e educação..... 15

Educação e os desafios do envelhecimento 21

Idoso cidadão: direitos e deveres 26

Atividades 32

Referências bibliográficas..... 34

O processo de aprendizagem dos idosos

Maria Cristina Bortolozzo..... 35

Oficina de produção de textos 51

Referências bibliográficas..... 52

O envelhecer na sociedade educativa

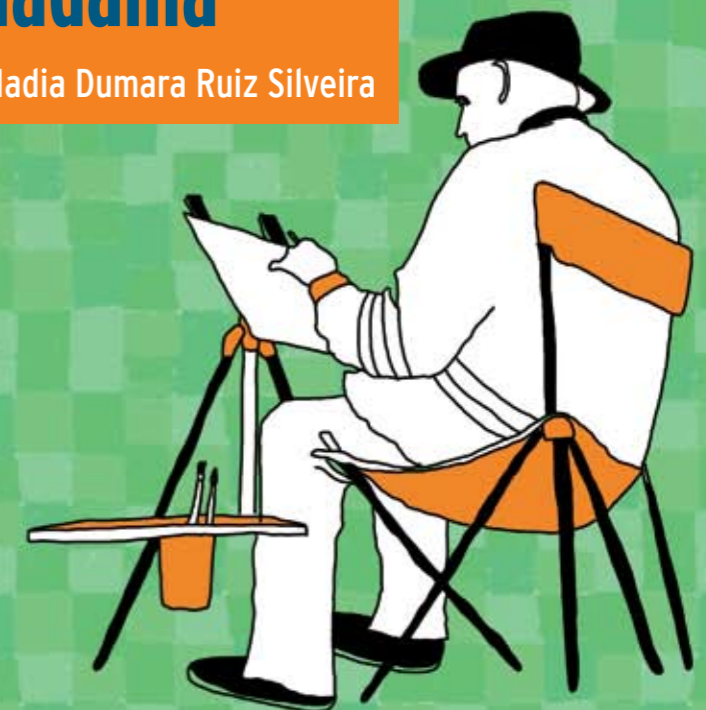
Dirce Maran de Carvalho 55

Referências bibliográficas..... 71



Educação, envelhecimento e cidadania

Nadia Dumara Ruiz Silveira



Nadia Dumara Ruiz Silveira é doutora em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Ciências Sociais e graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora titular da Faculdade de Educação e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia da PUC-SP. Vice-diretora da Faculdade de Educação da PUC-SP e líder do grupo de pesquisa “Educação, Longevidade e Qualidade de Vida”. Pesquisadora dos grupos “Educação Social e Meio Ambiente” e do “Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento”, todos certificados pelo CNPq.

[...]

*Eu não dei por esta mudança,
Tão simples, tão certa, tão fácil:
– Em que espelho ficou perdida
A minha face?*

CECÍLIA MEIRELES. “RETRATO”.

Vivemos em uma sociedade em que as relações humanas se desenvolvem em complexas redes de convivência. Mostra-se necessária, nestes novos tempos, uma reinterpretação ampla e profunda da realidade do envelhecimento e da velhice para entendermos os preconceitos e as discriminações que envolvem as pessoas idosas, com frequência ignoradas e excluídas dos ambientes sociais por serem vistas como pertencentes ao passado, pouco representando (ou representativas) para o presente. A máxima “Quem gosta de velho é reumatismo” revela as carências afetivas que



Retrato de Johann Harms, 1916, de Egon Schiele (Solomon R. Guggenheim Museum, Nova York).

caracterizam essa exclusão e deve ser analisada em sua contradição, como afirma Messy (1999, p. 18):

O envelhecimento é um processo que se inscreve na temporalidade do indivíduo, do começo ao fim da vida. É feito de uma sucessão de perdas e aquisições, à maneira dos movimentos vitais.

Predomina, porém, a ideia da velhice como expressão de passividade, perdas e dependência. Essa desconsideração pelo idoso ocorre em várias situações formais e informais e é assumida por pessoas de todas as idades, mesmo pelos próprios idosos. Lembremo-nos, nesse caso, da expressão “De velho basta eu”.

Comumente os idosos não são vistos, ouvidos, tocados, mas rejeitados, não desejados e, muitas vezes, ridicularizados pelas marcas que o tempo cronológico deixou e que se evidenciam em seu corpo, em sua motricidade. Suas dificuldades são consideradas insuperáveis ou se constituem em obstáculos em relação a valores como produtividade, rapidez e destreza. Medeiros (1998, p. 7) enfatiza:

Numa sociedade em que o mito é a juventude, a beleza e a força física, ser velho é, contrastivamente, ser feio, fraco e, principalmente, improdutivo.

A visão negativista do idoso não leva em conta a importância de seu tempo vivido, suas experiências, sua história de vida, que é construída em suas vivências na família, em vários outros ambientes sociais e não se resume na dimensão cronológica do viver. O entendimento da pessoa idosa se empobrece quando ignoramos os significados e significantes de sua existência.

Outra falsa ideia sobre o idoso é a de sua passividade, pois, mesmo em idade mais avançada, as pessoas podem mudar e conduzir o processo vital de seu desenvolvimento. Como indivíduos ativos, os idosos percebem, sentem, emocionam-se, pensam, refazem, criam e aprendem, abrindo, assim, a possibilidade de se integrarem em todos os domínios da vida social.

No processo existencial, acontecem perdas em todas as idades, mas, de modo geral, quando pensamos na velhice, reportamo-nos mais às perdas que às conquistas, e o idoso acaba enquadrado na ideia de fragilidade, que resulta em submissão e ausência de autonomia.

Muitos são os desafios para desfazer os mitos e preconceitos geradores de atitudes e decisões que reduzem ou eliminam a possibilidade de sermos felizes na velhice. Devemos nos preparar para viver a longevidade conquistada buscando sentido para nossa existência, diante da realidade que nos cerca e que exige respostas cada vez mais inovadoras para enfrentarmos os enigmas do cotidiano. Temos de nos repensar continuamente, de forma a preservar como valores fundamentais a autonomia, a criatividade, o respeito, a dignidade, reforçando e recompondo as motivações do viver.

Precisamos, portanto, aprender a ressignificar, permanentemente, nossas maneiras de olhar, sentir, pensar e agir, procurando exercer, de modo pleno, nossa condição de cidadãos, no cumprimento de nossos deveres e na defesa de nossos direitos, em todas as fases da vida, inclusive na velhice, como sujeitos responsáveis pela construção, valorização e transformação da cultura.

O entendimento da pessoa idosa se empobrece quando ignoramos os significados e significantes de sua existência.

Realidade sociocultural e educação

A cultura compreende um conjunto de ideias, valores, princípios e práticas sociais que caracterizam a sociedade e as mais distintas formas de organização e instituições sociais, abrangendo consensos, divergências, conflitos. O contexto cultural é construído e reconstruído nos diferentes espaços sociais em que se vive, e os idosos representam importante segmento nesse processo.





WALTER CRAVEIRO

As pessoas aprendem a cultura da sociedade e das organizações por meio da socialização, que é um processo amplo, permanente e contínuo de aprendizagens sobre a vida em sociedade. Todos nós educamos e somos educados, nos socializamos em um processo interativo que inclui reciprocidade e ocorre em todas as etapas da vida.

A análise de Berger e Luckmann (1999, p. 52) sobre a construção social da realidade indica a complexidade da ação socializadora:

A realidade social da vida cotidiana é portanto aprendida num contínuo de tipificações, que vão se tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do “aqui e agora”, da situação face a face. Em um polo do contínuo estão aqueles outros com os quais frequentemente e intensamente entro em ação recíproca em situação face a face [...]. No outro polo estão abstrações inteiramente anônimas, que por sua

própria natureza não podem nunca ser achadas em uma interação face a face. A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas.

Essa interação humana socializadora nos remete à concepção ampla de educação, que tem como uma de suas dimensões o autoconhecimento, de fundamental importância para refletirmos sobre a relevância do sentido das aprendizagens necessárias às pessoas idosas. Ao reconhecer que o autoconhecimento é imprescindível para todo ser humano, afirma Espírito Santo (2007, p. 27):

A primeira constatação [...] para a busca do autoconhecimento é sabermos do desafio da nossa “ignorância”, de realmente não sabermos, inclusive, “quem somos”. [...] Assumir tal “ignorância” é realmente o primeiro passo para o autoconhecimento.

Além da dimensão do autoconhecimento, a educação em sentido amplo exige o conhecimento contextualizado da sociedade em que vivemos. Como seres sociais, os idosos precisam compreender tanto a realidade local em que estão inseridos como sua interdependência com a realidade global.

Essa compreensão exige deles o desenvolvimento do pensamento crítico e a conscientização de suas origens e história de vida como referências para situar-se no mundo, o que demanda a superação das práticas educativas tradicionais, contrárias ao sentido progressista e humanista da educação.

O ato de educar assume, historicamente, distintas concepções, variando em tempo e lugar. Passamos por fases em que a preocupação predominante era, em essência, transmitir a cultura mediante uma pedagogia tradicional que privilegiava a memorização e a acumulação de conhecimentos, designada por Paulo Freire como “educação bancária”.

As pessoas aprendem a cultura da sociedade e das organizações por meio da socialização, que é um processo amplo, permanente e contínuo de aprendizagens sobre a vida em sociedade.

Nessa pedagogia, o professor é a autoridade máxima e absoluta e o educando é “ensinado” a desempenhar o papel de agente passivo e conformista. A educação, em tal caso, tem como função social predominante a homogeneidade, assegurando a integração das novas gerações e a coesão por meio de uma socialização metodicamente conduzida.

Estudos sobre o sentido tradicional da educação expõem o interesse da sociedade em educar as crianças para preservar a própria existência. Ao adulto cabe o papel central de educador responsável por um ensino favorecedor do controle social. Podemos visualizar essa concepção na formulação de Durkheim (1972, p. 42):

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem como objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.

Cabe ressaltar que a maioria dos idosos da sociedade atual vivenciou esse tipo de educação na infância e na juventude. Suas lembranças, de modo geral, remetem a situações de uma educação disciplinadora, punitiva e moralista, cujo objetivo era formar o cidadão ideal de acordo com os interesses historicamente predominantes.

Nesse tipo de educação, os comportamentos divergentes eram reprimidos com castigos como a palmatória, a reclusão em locais isolados, o “quarto escuro” e outras formas de impedimento das manifestações de resistência.

No início do século XX, o movimento da Escola Nova reinterpretou os eixos da prática educacional, como resultado de uma postura crítica à pedagogia tradicional. O educando passou a ocupar o centro da aprendizagem, a ser considerado em suas necessidades e interesses. Essa abordagem sobre educação destacava a importância da participação e do “aprender a aprender”. No entanto, tal con-



SUPERSTOCK/GRUPO KEYSTONE

cepção teve abrangência restrita a experiências localizadas e de caráter elitista, além de manter a ênfase da formação comprometida com processos de ajustamento e adaptação aos valores sociais vigentes.

Como reação a essa fase experimental da Escola Nova, surgiram, na segunda metade do século XX, os primeiros ensaios para constituir a Escola Nova Popular, inspirados nas propostas de Celestin Freinet e Paulo Freire. Ao mesmo tempo e contraditoriamente, a pedagogia tecnicista se impunha com base nos princípios da racionalidade, eficiência instrumental e produtividade, atendendo aos requisitos impostos pelo processo de industrialização em desenvolvimento.

Nessa fase, a doutrina do capital humano sustentava teoricamente a pedagogia tecnicista e o sentido operacional de uma educação volta-

A maioria dos idosos vivenciou uma educação disciplinadora, punitiva e moralista, cujo objetivo era formar o cidadão ideal de acordo com os interesses predominantes.

da para a formação de recursos humanos, necessários à estrutura econômica vigente, com o objetivo de desenvolver competências que evitassem a marginalidade social, enfatizando as ações tecnicamente planejadas e a especialização.

Com isso, podemos, portanto, distinguir os eixos referenciais dessas concepções de educação. Enquanto “para a pedagogia tradicional a questão central é aprender e para a pedagogia nova aprender a aprender, para a pedagogia tecnicista o que importa é aprender a fazer” (Saviani, 2000, p. 14).

Gradativamente, surgiram as chamadas teorias críticas da educação, destacando conceitos como reprodutivismo, explicitado por Pierre Bourdieu e Louis Althusser. Essas teorias explicitam o determinismo da sociedade sobre a educação, que se manifesta, de diferentes formas, por ações de violência simbólica, impondo, assim, a ideologia dominante. Tal interpretação se faz necessária tendo em vista o poder do discurso ideológico sobre nossa vida, como aponta Freire (2004, p. 132): “O discurso ideológico nos ameaça de anestesiar a mente, de confundir a curiosidade, de distorcer a percepção dos fatos, das coisas, dos acontecimentos”.

Aprender a construir a própria vida, vivendo-a intensamente, deve ser o grande desafio no envelhecimento, o que se encontra em expressões como “Vivendo e aprendendo”.

As teorias que analisam a função reprodutora da educação são consideradas críticas porque tomam a contradição como referência básica de suas interpretações, embora não explicitem a função da educação em uma perspectiva histórico-transformadora, esta, sim, voltada aos interesses da maioria da população submetida a diferenciadas situações de discriminação e exclusão, como é o caso das pessoas idosas.

Pensar na construção de formas de resistência que permitam enfrentar tal realidade pela educação exige que se rejeite o preconceito ainda existente de que o idoso não precisa e não consegue aprender, respaldado em ideias igualmente recusáveis, como: “Pau que nasce torto morre

torto”, “O pepino se torce de pequeno”, “Vassoura nova é que varre bem” e outros ditados populares que permeiam nosso cotidiano.

Recusando essas falsas ideias, visualizamos a importância de uma educação humanizadora e transformadora, que é um dos direitos sociais da pessoa idosa, garantido pela Constituição e pelo Estatuto do Idoso. Aprender a construir a própria vida, vivendo-a intensamente, deve ser o grande desafio no envelhecimento, o que se encontra em expressões como “Vivendo e aprendendo” e “O homem é um eterno aprendiz”.

Educação e os desafios do envelhecimento

A educação para a transformação contribui para o enfrentamento de desafios, como o das pessoas mais velhas que se tornam resignadas, inferiorizadas e conformistas em face das agressões de um mundo que rotiniza a vida, impedindo ou dificultando o relacionamento humano e o entendimento da própria realidade, que se constitui em um vir a ser contínuo pelo processo intenso de mudanças de valores, de práticas, de modos de viver.

Tanto as pessoas que trabalham e convivem com idosos como os próprios idosos devem aprender a conhecer criticamente a realidade social em que vivemos, reconhecendo-se como integrantes desse contexto e cidadãos responsáveis pelas possibilidades de mudança.

A educação para viver a velhice e conviver com idosos é uma necessidade indiscutível e inadiável.

O mundo contemporâneo apresenta inúmeros problemas e dificuldades, mas também oferece alternativas que nos permitem enfrentá-los para que possamos usufruir as conquistas que garantem a longevidade e o prazer de viver por mais



WALTER CRAVEIRO



INSTITUTO PAULO FREIRE

Paulo Freire (1921-1997), educador brasileiro, destacou-se por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência. Em 1962, realizou com sua equipe as primeiras experiências de alfabetização popular que levariam à constituição do Método Paulo Freire. Seu livro mais famoso e divulgado é *Pedagogia do oprimido*.

tempo. A complexidade da vida atual exige um modo de pensar que leve à descoberta de novos paradigmas para viver o envelhecimento em sua plenitude, respeitando as singularidades do ser idoso.

Viver plenamente é estar sempre pronto a se posicionar, a responder a desafios e a ressignificar a própria existência. É aceitar, divergir, participar, envolver-se, estar presente, ousar novas experiências, ser propositivo, exercer a cidadania. Assim, reforçam-se o significado e a importância da educação, que pode, de acordo com a realidade vivida pelo idoso, possibilitar o desenvolvimento de uma visão crítica sobre si e sobre a sociedade em que está inserido, na procura constante de sua libertação. Para Freire (1999, p. 34), a liberdade é um movimento de envolvimento e de busca de superação das opressões:

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos.

A educação para a liberdade é condição que habilita o idoso a propor planos e realizar projetos de vida, construindo, continuamente, novas possibilidades de ser. A educação libertadora desenvolve as competências necessárias ao enfrentamento dos desafios do envelhecimento e fortalece a coragem de romper para compor o novo.

Para que esse tipo de ação se efetive, são fundamentais iniciativas de qualidade, especificamente destinadas e programadas para a pessoa idosa, não restritas a fins assistencialistas ou paternalistas, mas voltadas ao desenvolvimento do idoso como sujeito de mudanças, inclusive do próprio modo de viver a velhice. Considerando a importância da educação para o idoso, afirma Salgado (2007, p. 76):

A disponibilidade para aprender nem sempre é uma característica dos idosos, cabendo aos profissionais a responsabilidade de estimularem essa atitude, buscando métodos pedagógicos adequados e diminuindo o estigma preconceituoso de que na velhice é muito difícil aprender.

A sociedade deve criar oportunidades para que, permanentemente, as pessoas idosas possam aprender a ressignificar sua existência, jamais admitindo a possibilidade da indiferença em suas ações e relações com o outro. Motivados por novas aprendizagens, os idosos se capacitarão para reforçar e adquirir competências necessárias para recusar



WALTER CRAVEIRO

a indiferença e a apatia, de modo a agir, reagir, divergir, participar, lutar por mudanças.

Em princípio, essas atitudes parecem simples, fáceis de serem vividas naturalmente. No entanto, se pararmos para pensar no que é ser participativo, atuante, envolvido, começaremos a perceber que elas exigem muitas habilidades, que são assimiladas continuamente, enquanto envelhecemos.

Aprendemos a viver e conviver ao longo da vida, em todos os ambientes sociais e pelos diferentes tipos de relacionamento que vamos estabelecendo no decorrer do tempo. Tanto em situações formais como informais, fazemos escolhas, tomamos posições, procurando preservar nossa autonomia e liberdade, sonhando e lutando por tudo o que desejamos.

Sabemos que, dos sonhos sonhados, nem todos se farão realidade, mas, mesmo assim, precisamos acreditar, ousar e ser perseverantes, enfrentando as dificuldades, lutando pelas utopias possíveis, abrindo sempre novos caminhos ou percorrendo de modos diferentes os trajetos que, no cotidiano, vão se tornando rotineiros. Temos de viver com vigor cada etapa da vida e nos educar para que a velhice seja vivida com prazer, levando em conta suas especificidades.

Conscientizarmo-nos da rotina é um dos grandes dilemas do mundo atual. Vivemos massacrados, direta ou indiretamente, pelo hábito das ações repetitivas e sem sentido. Nossos pensamentos, sentimentos e ações são, frequentemente, conduzidos por estímulos e solicitações que exigem respostas rápidas, resultando em posicionamentos descomprometidos com o respeito ao outro, desconsiderando nossas potencialidades e



Faculdades Claretianas de São Paulo -
Faculdade Aberta da Terceira Idade.

reforçando preconceitos. Envelhecendo, devemos, portanto, nos educar para reagirmos e protagonizarmos as mudanças possíveis.

Se entendermos o indivíduo como ser que vai se fazendo no decorrer de sua existência, como alguém que tem o direito e o dever de mudar, passaremos a perceber e reforçar a importância e o valor da educação – educação para um tempo de vida que se torna cada vez mais longo e que deve ser ressignificado, em seu sentido individual e social, por meio de projetos pessoais e coletivos.

A educação como processo formal vivido nas escolas ou em outros espaços de convivência deve deixar transparecer, com nitidez, seu compromisso de formar pessoas críticas na infância, na juventude, na idade adulta e, de modo especial, na velhice, concebendo e cuidando do envelhecimento como processo de desenvolvimento da maturidade em busca da felicidade.

É conhecendo e refletindo criticamente sobre nossa realidade pessoal e sobre o mundo em que vivemos, problematizando fatos, sendo criativos e desenvolvendo a capacidade de inovação que aprendemos a ser livres, para construir nossa história e a de nossa sociedade. O idoso pode e deve ser sujeito de sua história, e os projetos pedagógicos têm de assumir esse compromisso, assim como o de educar crianças, jovens e adultos para viverem um relacionamento de igualdade de direitos e deveres com os idosos.

A concepção problematizadora e libertadora de educação precisa ser vivida na família, na escola, nas universidades, nos ambientes de trabalho e de lazer, nos grupos de convivência, nas associações, incluindo a transversalidade do envelhecimento como princípio. Desse modo, estaremos humanizando a vida, engrandecendo e fortalecendo o ser humano, contra toda a ideologia que caracteriza o mundo materialista e desrespeitoso do consumo.

Devemos, portanto, nos libertar do mascaramento da realidade vivendo a diversidade com percepção e pensamento críticos para rompermos as amarras da persuasão ideológica, conquistando, assim, novas formas de olhar, sentir, pensar e agir, na construção de um mundo mais humano que nos permita envelhecer dignamente e viver a velhice como cidadãos ativos, comprometidos e envolvidos no cumprimento dos deveres e nas lutas pela garantia dos direitos.

Idoso cidadão: direitos e deveres

Os avanços científicos e tecnológicos em todas as áreas do conhecimento nas últimas décadas somente cumprirão seu papel histórico em benefício do ser humano quando estiverem referendados em valores e princípios propiciadores do desenvolvimento pleno das condições humanas em todas as fases da vida.

Em sua trajetória, os seres humanos percorrem inúmeros caminhos e, em cada etapa – infância, juventude, idade adulta, velhice –, vivenciam conquistas e frustrações, enfrentam múltiplos desafios. Essas vivências assumem características próprias em cada uma dessas fases da vida e definem-se segundo as singularidades que identificam cada indivíduo ou grupo social em sua relação com o contexto sociopolítico e cultural no qual se situa.

Nos diferentes momentos de nosso cotidiano, exige-se de nós o cumprimento de regras e normas que se colocam como expectativas de comportamento, expressas de maneira formal e informal pela cultura, nas várias situações em que se dá o convívio social. Deparamos com um conjunto de deveres e direitos que precisamos reconhecer como parâmetros de nossa sociabilidade.

Garantir o cumprimento de direitos e deveres supõe o exercício da cidadania em sua estreita relação com os direitos humanos, uma realidade em contínuo processo de construção perante os inúmeros dilemas originados de frequentes e insistentes violações aos direitos, praticadas em todas as camadas sociais.

Os idosos, como cidadãos, podem e devem se engajar nos espaços sociais que lutam por mudanças ou propor novas formas de manifestação denunciante ou propositiva, tornando-se protagonistas de seu tempo, o que se diferencia da atitude acomodada e conformista. Soares (2004, p. 46) analisa e destaca essas formas de atuação:

Distingue-se, portanto, a cidadania passiva, aquela que é outorgada pelo Estado, com a ideia moral da tutela e do favor, da cidadania

WALTER CRAVEIRO



Os projetos pedagógicos têm de assumir o compromisso de educar crianças, jovens e adultos para viverem um relacionamento de igualdade de direitos e deveres com os idosos.



MARCIA ALVES

Bordadeiras e alunas no Centro Turístico, Esportivo e Cultural do Morro do São Bento, Santos (SP).

ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente participante da esfera pública e criador de novos direitos para abrir espaços de participação.

O exercício da cidadania depende de aprendizagens desenvolvidas em diferentes espaços sociais, por ações educacionais e socializadoras que propiciem a aquisição de informações e o desenvolvimento de habilidades necessárias para reconhecer, elaborar, cumprir e recompor deveres, assim como para construir e compartilhar movimentos de luta em defesa dos direitos humanos.

A educação para a cidadania se faz necessária dada a relevância de sua função para assegurar o direito à vida e outros direitos humanos fundamentais, como saúde, moradia, transporte, trabalho, assistência social, além da própria educação. Assim, educar para a cidadania é a principal atribuição de uma educação comprometida com os direitos humanos.

As ações educacionais devem envolver crianças, jovens, adultos e idosos, preparando-os, individual e coletivamente, para viver com dignidade e plenitude a fase da velhice, que vem se prolongando continuamente diante das conquistas científicas e tecnológicas.

Os idosos têm de ser concebidos como agentes ativos no processo de construção de condições de vida com qualidade e de uma sociedade cada vez mais justa e solidária. É necessário, portanto, enfrentar as situações de discriminação e desrespeito aos mais velhos, sustentadas pelos valores dominantes da ideologia de mercado, que superestimam o padrão de juventude e de beleza.

A educação para a cidadania da pessoa idosa deve ter como uma de suas preocupações centrais o domínio de informações imprescindíveis para seu exercício, entre elas o conhecimento minucioso do Estatuto do Idoso e do Plano Nacional para a Pessoa Idosa. As atividades socioeducacionais propostas precisam favorecer uma leitura contextualizada desses documentos, reforçando o compromisso dos idosos com as causas individuais e sociais da velhice.

A vivência consciente da fase da velhice exige, também, reconhecer os avanços de projetos e programas propostos por entidades, grupos organizados das comunidades e instituições representativas da sociedade civil e do Estado. Desenvolvidos em espaços de convivência diversificados, eles favorecem a realização de propostas socioeducacionais propiciadoras da consolidação da prática cidadã em todas as idades.

Atividades intergeracionais são facilitadoras do desenvolvimento de competências e habilidades para lidar com a concepção de velhice impregnada de preconceitos e discriminações. Os estereótipos têm de ser desconstruídos para que os idosos possam viver com autonomia e liberdade nos diferentes espaços de convivência humana, dispondo-se

A educação para a cidadania da pessoa idosa deve ter como uma de suas preocupações o conhecimento do Estatuto do Idoso e do Plano Nacional para a Pessoa Idosa.



PAULO PELEGRINO

Centro de Referência do Idoso José Ermírio de Moraes (CRIJEM).

sempre a conquistar novas maneiras de participar, como admite Demo (2001, p. 18):

Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir a ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe como conquista processual. Não existe participação suficiente nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir.

É preciso empenhar todos os esforços para que os profissionais que trabalham com pessoas idosas compartilhem seus planos com lideranças da comunidade e instituições como escolas, unidades de saúde, centros de atendimento, fóruns e conselhos dos idosos, enfrentando democraticamente o desafio da inclusão desse segmento da população, que deve ter seu passado, presente e futuro respeitados.

Os programas socioeducacionais destinados às pessoas idosas podem ter suas propostas enriquecidas incluindo a cidadania entre seus temas básicos e visando ao desenvolvimento de idosos como pessoas capazes de ampliar conhecimentos, a capacidade crítica, a autonomia, a autoconfiança e a criatividade para elegerem suas prioridades, em um processo contínuo de elaboração de novos projetos de vida que lhes assegurem viver em plenitude sua condição humana na era dos direitos humanos.

É fato que a produção de conhecimentos sobre o envelhecimento e a velhice tem se ampliado de maneira visível e significativa, potencializando e subsidiando as interpretações sobre a realidade da população idosa. Gradativamente, esse conjunto de saberes viabiliza a criação de alternativas concretas de ações destinadas a esse segmento ou a ele relacionadas, protagonizadas, como já apontado, pelo Estado, pela sociedade civil e pelos próprios idosos.

Essas conquistas, porém, precisam de maior visibilidade para que se convertam em acervo de domínio público. A continuidade dos avanços, em quantidade e qualidade, depende de todos nós, idosos ou não, de nossa motivação e predisposição para nos envolvermos, com persistência, em um processo de aprendizagem permanente para vivermos de maneira consciente o envelhecimento e a prática da cidadania, protagonizando as mudanças necessárias.

As atividades sugeridas a seguir indicam algumas possibilidades de reflexão e discussão sobre a questão do envelhecimento, da velhice e do papel da educação para o exercício da cidadania. Elas e outras similares podem ser desenvolvidas em espaços de convivência ou em locais onde se realizem atendimento ou programações socioeducacionais intergeracionais ou especificamente para o segmento idoso.

Atividades

Leitura e discussão de pequenos textos sobre a vida cotidiana

- JACOB FILHO, Wilson. Proteção. *Folha de S. Paulo*, 24 abr. 2008. Caderno Equilíbrio, p. 2.
- SAYÃO, Rosely. Velhice invisível. *Folha de S. Paulo*, 25 jul. 2007. Caderno Equilíbrio, p. 15.

Leitura e comentários de poesias

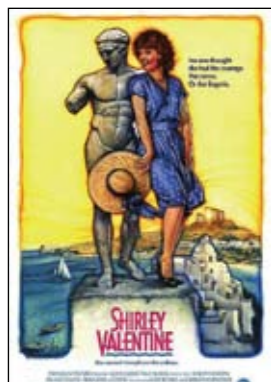
- ESPÍRITO SANTO, Ruy Cezar. Transformações. In: *Autoconhecimento na formação do educador*. São Paulo: Agora, 2007, p. 46-47.
- TIBA, Içami. Portas. In: *Amor, felicidade & cia*. São Paulo: Gente, 1998.

Filmes

- *Central do Brasil*. Direção: Walter Salles. Brasil, 1998. 112 min.
- *Shirley Valentine*. Direção: Lewis Gilbert. EUA/Inglaterra, 1989. 109 min.

Atividades no campo das artes

- Música: GONZAGUINHA. *O que é, o que é?. Caminhos do coração*. EMI, 1982.
- Pintura, trabalhos com imagens gráficas ou fotográficas.
- Teatro e outras formas de dramatização.



- Promover discussões sobre programas de TV, seriados, novelas e publicidade que incluam o envelhecimento e a velhice como temáticas.
- Propor programas televisivos e radiofônicos, assim como cursos de educação a distância, destinados a idosos com problemas de locomoção.
- Programar visitas a locais públicos e privados onde são desenvolvidas atividades com idosos, incluindo grupos de convivência e espaços diferenciados, como fóruns ou conselhos voltados à militância do idoso em favor de seus interesses e direitos.
- Refletir sobre possibilidades da participação de idosos em atividades escolares para compartilhar seus saberes e experiências com crianças e jovens.
- Pensar em formas de encaminhamentos viáveis para propor a criação de ouvidorias dos idosos nas secretarias de governo.

Referências bibliográficas

- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DURKHEIM, E. Educação como processo socializador: função homogeneizadora e diferenciadora. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. *Educação e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1972.
- ESPÍRITO SANTO, R. C. *Autoconhecimento na formação do educador*. São Paulo: Ágora, 2007.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- IANNI, O. *Sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- MEDEIROS, S. A. R. Editorial. *Revista Kairós: gerontologia*, ano 1, n. 1, 1998.
- MEIRELES, Cecília. Retrato. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.
- MESSY, J. *A pessoa idosa não existe*. São Paulo: Aleph, 1999.
- SALGADO, M. A. Os grupos e a ação pedagógica do trabalho social com idosos. *A Terceira Idade*, v. 18, n. 39, 2007.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SOARES, M. V. B. Cidadania e direitos humanos. In: CARVALHO, J. S. (Org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004.



O processo de aprendizagem dos idosos

Maria Cristina Bortolozzo

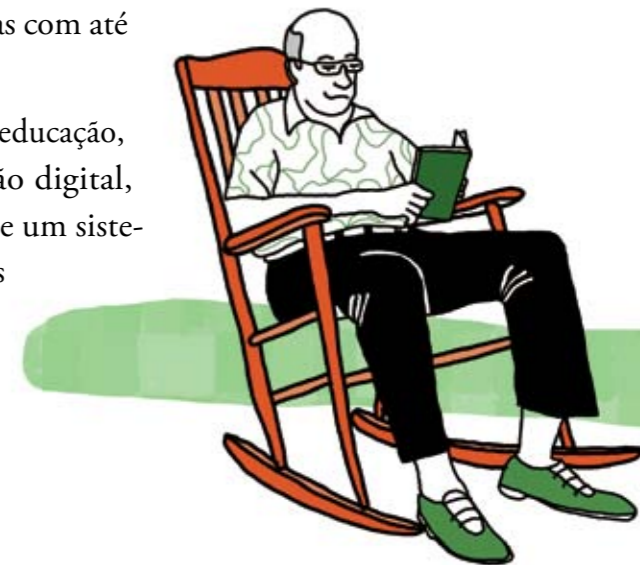
Maria Cristina Bortolozzo é mestre em Educação dentro do programa Educação: Currículo pela PUC-SP na linha de pesquisa Novas Tecnologias na Educação, com a dissertação *A práxis libertadora e a apropriação das novas tecnologias no fazer docente da rede pública paulista*. Formada em Ciências Sociais pela PUC-SP, é assistente técnica da equipe de planejamento da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo da Secretaria de Estado da Educação (COGSP). Professora há vinte e dois anos no Ensino Médio e Fundamental, tanto da rede pública como na rede privada, trabalha em cursos de graduação e de especialização, tendo atuado como tutora do programa de Inclusão Digital da Casa Civil de São Paulo e em programas de educação *on line*. Na unidade Catanduva do SESC foi consultora do projeto "Educarpontocom", dando oficinas e orientando programas pedagógicos com o uso das novas tecnologias para docentes da região. Entre algumas participações em congressos, destacam-se o Congresso Internacional de Tecnologias na Educação e o Encontro Nacional do PROINFO/MEC na cidade de Fortaleza, em 2001, no qual ministrou o curso "SimCity".

Eu sou minha mais nova edição, revista e ampliada.

MÁRIO SÉRGIO CORTELLA,
SOBRE O ENVELHECER, 1998.

No Brasil, a maioria dos idosos compõe a parcela da população que, excluída da escola, encorpou o espectro social da desigualdade, ficando exposta a uma situação de fragilidade e precariedade social. Dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1999 confirmam que a escolaridade média nesse grupo não chega a dois anos e que 40,2% das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos recebem até um salário mínimo mensal, 12,15% delas com até meio (Brasil, IBGE, 1999).

São várias as demandas no campo da educação, entre elas a alfabetização, a inclusão digital, a formação profissional continuada e um sistema educacional voltado para as novas gerações. As pessoas da chamada "terceira idade" têm capacidade





de aprender, mas é preciso que o processo de ensino e aprendizagem reconheça e reflita sobre os ritmos particulares que essa fase da vida requer, tendo em vista, igualmente, os fatores sociais que construíram a história de cada indivíduo nesse processo, tais como origem e instrução.

Levando em conta a importância da formação continuada, as universidades abertas à terceira idade contribuem, sobretudo, para o desenvolvimento cultural dessa população, mas também ampliam seus laços com a comunidade, combatendo processos excludentes fundamentados no preconceito de idade. Ao mesmo tempo que valorizam a pessoa idosa, conscientizam a sociedade a respeito do processo de envelhecimento, quebrando paradigmas de que velhice é sinônimo de incapacitação e ônus.

A formação para a terceira idade deve reforçar a capacidade realizadora do idoso, seu conhecimento e sua sabedoria. Com isso, eleva-se

a autoestima, abandona-se a perspectiva assistencialista e relacionam-se os conhecimentos e informações ao cotidiano vivenciado pelo grupo, ressaltando sua relevância. Lembra Alencar (2002, p. 68):

Com os idosos, a universidade passa a ter usuários de diferentes perfis, sem exigências de quaisquer requisitos, senão a idade mínima [...]. Com os idosos, a universidade se aproxima da comunidade e altera o seu perfil. Esse idoso que (re)torna à universidade é dotado de experiências as mais variadas: já exerceu (ou ainda exerce) uma profissão, desenvolveu atividades múltiplas na sociedade produtiva, viveu as mais diferentes experiências nos grupos afetivos; busca a aprendizagem como relação de complementaridade, de emancipação, de esclarecimento, de instrumentalização da sua capacidade crítica diante do mundo e realidade onde se encontra. Carregando e processando ideias, com equilíbrio emocional, expectativas, afetos, decepções, frustrações, experiências, desejos, serenidade, esses idosos desejam aprender pelo prazer de aprender.

A escola não se debruça particularmente sobre o processo do envelhecimento, sobre a capacidade de realização do ser humano em qualquer fase da vida ou sobre os fatores de exclusão social dos idosos, até porque a estrutura do sistema educacional está voltada para as gerações mais novas. Espaço precioso para a compreensão dos conflitos nas relações sociais, entre elas as relações entre gerações, a escola abriga a diversidade e deve promover a integração, a solidariedade, o cuidado e o respeito a todas as pessoas, permitindo que os estudantes percebam as diferentes realidades e construam a cultura da tolerância (aprender a conviver).

Isso contribui para a construção da cultura do cuidado e proteção à pessoa idosa e para o entendimento da complexi-



dade das distintas fases da vida. Favorece a formação ética de crianças e jovens em relação aos idosos e a reflexão sobre o processo histórico que resultou no silenciamento desse grupo, assim como sobre seus valores e expectativas. Prepara, portanto, as novas gerações para uma cidadania ativa e participante na comunidade, no mundo do trabalho, na vida cultural e política, com sensibilidade construída nos campos da ética e dos direitos humanos, revendo conceitos, preconceitos e tabus sobre velhice e identificando possibilidades de formação profissional para o trabalho com essa população. De outro lado, a educação para os idosos – alfabetização, formação profissional, inclusão digital etc. – precisa atender às necessidades específicas dessa população.

A educação para os idosos – alfabetização, formação profissional, inclusão digital etc. – precisa atender às necessidades específicas dessa população.

No interior desse debate, pulsa uma concepção de educação dialógica. Diálogo pressupõe horizontalidade nas relações entre os seres humanos, fundamentado, segundo Paulo Freire, “no amor, na humildade, na fé dos homens”. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1988, p. 69).

Atividades educativas com idosos que consideram aspectos sociais e culturais desse grupo, valorizam suas experiências e promovem um trabalho intelectual que não é apenas

mera ocupação do tempo livre baseiam-se na ideia de que velhice não significa incapacitação, possibilitando oportunidades de trabalho, combatendo



PAULO PELEGRINO

CRIJEM

o isolamento e contribuindo para a reconstrução de sua identidade como cidadãos. Ao mesmo tempo, aprender em espaços formais ou não formais permite à pessoa idosa confiar no próprio potencial, reduz o sentimento de inutilidade, amplia as redes sociais, desenvolve seus talentos e a leva a colocar o conhecimento a serviço de sua construção como sujeito capaz de enfrentar os obstáculos e preconceitos sociais, promovendo tanto sua qualidade de vida como sua cidadania.

Um dos fatores responsáveis pelo alto índice de desemprego entre os mais velhos e pelo aumento do risco de deficiência e morte durante o processo de envelhecimento está relacionado à escolarização desse grupo. A garantia de sua participação nas atividades econômicas depende das oportunidades de formação profissional continuada, da alfabetização digital e eletrônica, de aprender a aprender sempre, bem como de saber lidar com a volubilidade da vida contemporânea. A vida no mundo do trabalho, para essa geração, impõe mudanças como o uso de caracteres impressos maiores, compensando a menor acuidade visual.



WALTER CRAVEIRO

Ensinar o envelhecimento ativo é promover a compreensão de que essa é mais uma etapa de crescimento pessoal, cheia de experiências e interações.

O estímulo do convívio solidário e a conseqüente formação de novas redes de contatos sociais favorecem, pela partilha, colaboração e construção coletiva, tanto a promoção e aumento da autoestima e socialização do idoso como o registro da memória e o resgate da história pessoal, de maneira a identificar temas geradores que permitam seu aprendizado. Na perspectiva de Paulo Freire, ninguém é um recipiente vazio, sem nenhum conhecimento. A metodologia dialógica considera que todos devem estar envolvidos na ação pedagógica e que cada um dispõe em si próprio dos conteúdos necessários dos quais se parte.

Percebe-se, portanto, a importância de proporcionar ao idoso, como forma de apoio e ajuda mútuos, novas redes de contato, especialmente por sua inclusão digital, e condições para que ele mantenha ou desenvolva sua autoestima, levando em conta sua história de vida e suas potencialidades.

Educar deve ensinar a viver a realidade da condição humana: não nascemos prontos – há um vir a ser constante; nada é eterno ou imutável. Saberes são sempre parciais e relativos, requerem reconstrução e integração contínuas. Impõem ao indivíduo a disposição de construir conhecimentos considerados relevantes, seja pela sociedade, seja para si.

Esse é o princípio da aprendizagem incessante, atendendo à curiosidade acerca do mundo, ressignificando conhecimentos já sistematizados, sobretudo no mundo contemporâneo, que demanda continuamente novos conhecimentos, saberes e habilidades (Pozo, 2002), um desafio para as pessoas idosas, cuja concepção de aprendizagem, em geral, está associada à memorização.

Como lembra Krug (2005), entender que os processos formativos abrangem todas as idades tem implicações pedagógicas significativas, especialmente para as relações entre as pessoas de diferentes faixas etá-

rias, permitindo a integração social dos idosos e sua contribuição na busca de soluções para os problemas da comunidade em que vivem.

Para Paulo Freire (1997), a aprendizagem ocorre quando as pessoas vão se transformando em sujeitos reais do processo de aprender e participam ativamente de todas as suas etapas. Esse processo, na perspectiva da emancipação, leva em conta não apenas aspectos formais, como métodos e instrumentos de avaliação, mas também o aspecto político, ou seja, a intencionalidade com que a aprendizagem se realiza, o que significa que os estudantes se tornaram sujeitos de seu destino.

Independentemente da idade, a educação é um processo inacabado, que, portanto, perpetua-se ao longo da vida. Ensinar o envelhecimento ativo é promover a compreensão de que essa é mais uma etapa de crescimento pessoal, cheia de experiências e interações que desenvolvem novos olhares sobre a vida, sobre si mesmo e sobre o outro, com autonomia e dignidade.



WALTER CRAVEIRO

Para isso, é preciso abandonar a ideia de que a aprendizagem acontece pela transmissão de conhecimentos definidos pelo professor e que os estudantes têm papel passivo e dependente do docente. Não é por acaso que a palavra “aluno” significa “sem luz”; nessa visão, o aluno deve ser iluminado pelo conhecimento do professor, e a aprendizagem é avaliada com base em sua capacidade de reproduzir exatamente os conteúdos. É isso o que Paulo Freire denomina de *educação bancária*: o aluno nada sabe e o professor deposita nele seu conhecimento – um processo de ações solitárias e isoladas, fora do contexto da vida do estudante e sem trocas.

Para ser estimulante, a educação da população idosa precisa, segundo Freire, considerar a vocação do ser humano de ser sujeito e o contexto em que se formou e vive, porque isso o influencia. Como sujeito, a pessoa de qualquer idade é um ser de ação e reflexão, capaz de criar, recriar, decidir, construir coletivamente soluções e encantamentos. Considerando as experiências incorporadas na história de vida do idoso, prepará-lo para a reflexão acerca de como se constrói o contexto em que ele vive aumenta sua conscientização dos problemas que afetam o coletivo e de quanto ele pode contribuir para a elaboração de respostas aos desafios que emergem.

1. “Empoderamento” significa que os indivíduos que se encontram em situação de submissão e exclusão compreenderam as conexões entre os contextos social, econômico e político que promovem tal condição e, dessa maneira, são capazes de superar esse estado de ausência de poder. O empoderamento exige participação ativa dos despossuídos na conquista de poder, dignidade, cidadania e liberdade de decidir e controlar o próprio destino com ética, responsabilidade e respeito ao outro.

Com isso, promove-se seu “empoderamento”,¹ porque o conhecimento é elaborado e desenvolvido com base no processo de conscientização. Esse processo em espiral ascendente é sempre inacabado e contínuo (Mizukami, *apud* Martins, 2006, p. 85); fundamenta-se na própria experiência, estimulando a capacidade do indivíduo de absorver novas informações, de perceber as relações entre informações e situações, de elaborar e reelaborar as informações produzidas nessa realidade, ressignificando conhecimentos de maneira a levá-lo a colaborar para transformar a realidade. A educação é fundamental para que o empoderamento



PAULO PELEGRINO

CRIJEM

da pessoa idosa lhe permita acompanhar e participar ativamente das mudanças cada vez mais intensas e rápidas da sociedade contemporânea, contribuindo para o resgate de sua autoestima e autoconfiança e para a melhoria de sua qualidade de vida.

O processo de ensino e aprendizagem do idoso deve, portanto, ter como aliados a maturidade e o saber acumulado dessa geração no estabelecimento de discussões e questionamentos em torno do conhecimento formal, cuidando para que a educação promova a autonomia crítica de pensamento e a compreensão da realidade para seu empoderamento. Para tanto, é preciso que as atividades propostas tenham significado para cada idoso em particular e lhe deem a oportunidade de falar, de expressar seus sentimentos e de relatar suas experiências, fazendo-o reconhecer-se como sujeito da história e perceber a mutabilidade intrínseca à modernidade, com os

O processo de aprendizagem contribui para o desenvolvimento do ser humano na medida em que conduz à elaboração de novas estruturas de pensamento.



Participantes de programas do CRIJEM.

desafios impostos a todos nós, entre eles o de adaptação a essas mudanças, conhecendo e assumindo as próprias transformações.

A teoria piagetiana nos ajuda a compreender os processos de aprendizagem da pessoa idosa porque pressupõe que a aprendizagem é construída na relação com o meio e depende de experiências anteriores do indivíduo, ou seja, o aprender não constitui uma acumulação de conhecimentos, mas os saberes já existentes são a base na qual se constrói todo o novo saber. O processo de aprendizagem contribui para o desenvolvimento do ser humano na medida em que conduz à elaboração de novas estruturas de pensamento (Piaget, 1977).

Como isso ocorre? Tudo o que é novo promove um incômodo, um desconforto. O sujeito, então, se questiona como vai conseguir lidar com essa situação. Desequilíbrios o obrigam a ultrapassar seu estado atual e tentar superá-lo – procurar um novo equilíbrio. A resistência em aprender algo pode significar a tentativa de preservar antigas estruturas e manter seu equilíbrio, permanecendo no que já domina e

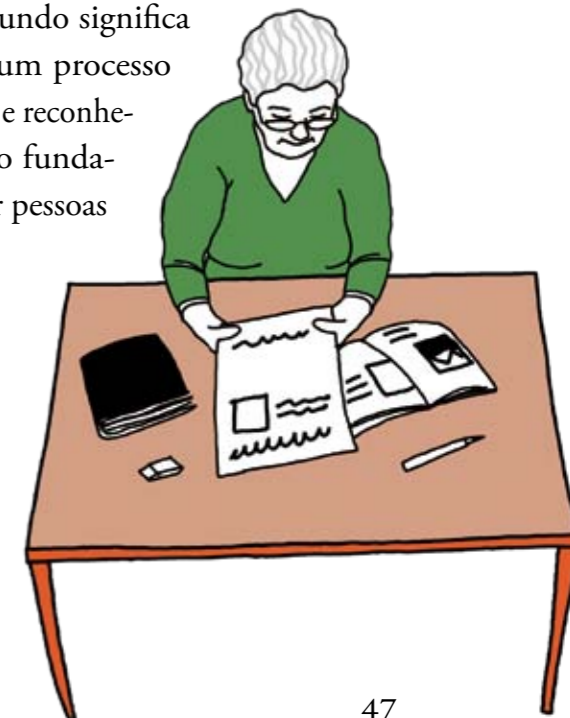
valorizando o que sabe, algo muito comum quando se trata de lidar com as novas tecnologias, por exemplo.

Buaes (2004), ao estudar os processos de aprendizagem de trabalhadores com mais idade, identificou que o modo de aprender o novo tem relação direta com a história de vida e características da personalidade desse grupo, especialmente seu sofrimento por serem considerados um “apêndice inútil”, como lembra Oliveira (2003, p. 2):

O jovem tem um olhar para o futuro. Na transição da infância para a fase adulta está ligado às inovações tecnológicas, aos modismos dos meios de comunicação, ou seja, às mudanças que ocorrem no mundo. O adulto está interessado na vida profissional, em ser inserido no mercado de trabalho, olhando para a sua situação de vida presente. O idoso busca ser cidadão, viver a sua vida em sociedade sendo respeitado como pessoa e pelo seu passado, pela sua história de vida. Almeja viver na sociedade com dignidade.

A alteração desse sentimento de inadequação passa pela educação que conscientize crianças, jovens, adultos e, sobretudo, idosos de que somos seres inacabados, em contínuo movimento de busca, e de que nossa presença no mundo significa conviver com as outras pessoas em um processo de diálogo e superação, de acolhimento e reconhecimento. Diálogo e comunicação são fundamentais para que possamos nos tornar pessoas (Freire e Shör, 1986, p. 122-123).

Essa compreensão é, portanto, de cunho político: por ser capaz de refletir sobre a própria realidade, o indivíduo a torna objeto de seus conhecimentos e pode transformá-la, com base na curiosidade, na problematização de si mesmo. É uma questão de





Autorretrato, 1513, de Leonardo da Vinci.

fundo político porque significa dar poder à pessoa para que ela controle a situação, não fique na dependência de alguém, e sim assuma a responsabilidade por buscar caminhos e soluções para as dificuldades e problemas que encontre na vida pessoal ou na comunidade.

Educar a pessoa idosa é valorizar sua curiosidade como um tijolo importante na construção de sua autonomia, uma vez que o perguntar consiste em um ato democrático: permite contestar opiniões, não aceitar o saber estabelecido e as respostas prontas. Assim, devem ser priorizadas atividades que permitam a reflexão e o avanço no conhecimento do mundo e na instrumentalização da leitura e escrita, problematizando situações do cotidiano e suas contradições com técnicas diversificadas e investigativas.

O ato ou processo de conhecer recebe o nome de “cognição” e envolve atenção, percepção, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem. Metacognição é a capacidade do indivíduo de refletir sobre a maneira como seu raciocínio se desenvolve e ter consciência de seus atos e pensamentos: “Por que penso como penso?”. Essa capacidade lhe permite reconhecer a dificuldade na compreensão e execução de uma tarefa ou tornar-se consciente de que não compreendeu algo e, dessa maneira, superá-lo.

A prática da metacognição melhora a cognição e potencializa o processo de aprender, porque, ao fazer com que a pessoa tenha consciência sobre o que desconhece e de que maneira aprende, possibilita a adequação das estratégias de compreensão e de estudo.

Em pesquisa a respeito do uso do computador e da internet realizada com 30 idosos do município de Cascavel, no Paraná, Oliveira (2006) constatou que as estratégias metacognitivas utilizadas em seu processo de aprendizagem e a relação entre o declínio cognitivo, depressão

e dados sociodemográficos, como escolaridade, idade e uso de medicamentos, não podem ter associação, se observadas de forma independente, com o desempenho dessa população.

O autor recorda que existem estudos sobre o treino de resolução de determinadas tarefas com pessoas idosas, mas poucos tratam das estratégias empregadas por elas para compreender as orientações de determinado instrutor, por exemplo, restringindo-se ao cumprimento ou não da tarefa. Quanto às estratégias que os idosos elaboram para a resolução da tarefa ou para atingir o objetivo predeterminado, Oliveira afirma que o pesquisador Yu-ping preocupou-se em entender como o idoso reconhece uma nova informação e elabora estratégias metacognitivas para solucionar o problema, de maneira que esse aprendiz estaria ciente da natureza do aprendizado da tarefa, do conhecimento específico e das estratégias necessárias para alcançar o êxito em seu desempenho.

A diferença entre os processos de aprendizagem de idosos e jovens tem sido objeto de análise de alguns pesquisadores, como aponta Oliveira (2006, p. 9):

Um estudo realizado com estudantes do ensino fundamental na Arábia Saudita por Al-Hilawani [...] a idade dos estudantes influenciava sua capacidade metacognitiva, sendo ela maior em estudantes mais velhos [...] Alevel [...] chega à conclusão de que a standardização do ensino em idosos é complicada, devido às diferenças encontradas nos grupos no que diz respeito ao ritmo e à facilidade de aprendizagem dos participantes. Ele afirma que diferentes tipos de aprendizes necessitam de diferentes tipos de ajuda, minimizando dessa forma o fator idade na aprendizagem. Zajieck [...] chama a atenção sobre os cuidados referentes à dificuldade dos idosos em lembrar a sequência da ação efetuada [...] aponta a necessidade de estimular a ação do que chamou de voz de apoio, ou voice help. Essa técnica consiste em falar consigo mesmo enquanto se faz a tarefa. Segundo o autor, isso não interfere no conteúdo propriamente dito,

mas possibilita alternativas tais como retomar a leitura da instrução dada em um manual. Dessa forma, a reflexão e o estímulo ao pensamento crítico em relação ao que se está fazendo acabam gerando a característica de uma maior flexibilidade na adaptação ao modelo de ensino.

Em sua pesquisa, o mesmo autor concluiu, com base em relatos de estudos com idosos, que é importante retomar o que se aprendeu em encontros anteriores e preparar com antecedência as instruções, que devem ser claras e de forma facilitadora, determinando o objetivo principal das tarefas a serem desenvolvidas pelo grupo de idosos, estejam elas direcionadas à alfabetização ou à inclusão digital. Deve-se, no entanto, respeitar o ritmo de cada pessoa, especialmente do idoso, para quem o mais importante, nos processos de aprendizagem, é o conhecimento procedural, ou seja, saber como fazer.

Embora pesquisas com pessoas idosas reconheçam que existem alterações nas habilidades cognitivas com o avanço da idade, não se pode generalizar, até porque a metacognição parece ser uma habilidade que aumenta com o passar do tempo, mesmo com relação à tecnologia.



Faculdades Claretianas de São Paulo -
Faculdade Aberta da Terceira Idade.

Estudos da professora Vitória Kachar refutam a ideia de que o idoso é tecnofóbico por natureza.

Oficina de produção de textos

Oficina é um local em que se produz algo; tem como característica a práxis e implica a compreensão de trabalho como ação consciente e transformadora, com imaginação e engenho. O trabalho em uma oficina baseia-se na relação entre teoria e prática para solucionar um problema e, assim, construir conhecimentos.

Sugerimos uma oficina de produção de textos em que os idosos tenham a oportunidade de refletir acerca de seu cotidiano, partindo dos conhecimentos que possuem a respeito de si mesmos, da realidade, das coisas.

Como visto, nossa sociedade, historicamente, silencia essa população; ao envelhecer, o indivíduo passa a ser considerado uma “coisa” que “atrapalha”, um ser desvalorizado. Por isso, é importante trabalhar a autoestima logo nos primeiros encontros, para que cada um reconheça que contribuiu para a comunidade, que a vivência e a experiência lhe trouxeram sabedoria. Para tanto, recuperar a memória individual e do grupo é fundamental: “Quem eu sou?”, “Como me tornei o que sou?”.

A ideia é produzir um livro de memórias, com redações sobre temas que emergirem nas aulas dialogadas, como filhos, brinquedos, trabalho, entre outros. O importante é que cada um tenha a oportunidade de refletir sobre o que viveu, como viveu, que lições aprendeu e o que gostaria de compartilhar. Podem ser entregues folhas de papel sulfite dobradas ao meio de forma a montar um pequeno livro em que a pessoa registre suas redações, ilustrando-as, se desejar.

O trabalho pode evoluir para uma apresentação em PowerPoint, um *blog* ou um *podcast* publicados na internet, por exemplo, nas aulas de inclusão digital.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Maria Geralda Gomes; NASCIMENTO, Maria Ângela Alves do. Saúde, doença e envelhecimento: representações sociais de um grupo de idosos da universidade aberta à terceira idade (UATI), Feira de Santana (BA). *Textos sobre Envelhecimento*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.unati.uerj.br/tse/index.php>>. Acesso em: 26 jun. 2006.
- ALENCAR, Raimunda Silva d'. Ensinar a viver, ensinar a envelhecer: desafios para a educação de idosos. *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 4, p. 61-83, 2002.
- ALVES JR., Edmundo de Drummond. *A pastoral do envelhecimento ativo*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://grupoanima.org/a-pastoral-do-envelhecimento-ativo>>. Acesso em: 25 fev. 2009.
- BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2009.
- _____. *Política Nacional do Idoso*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8842.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2009.
- _____. Ministério da Justiça. *Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa*. Brasília (DF): MJ, 2006. Disponível em: <www.justica.gov.br/defensoria/clipping/rls250506conferencia.htm>. Acesso em: 25 fev. 2009.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem populacional*, 1999. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000ru.asp>>. Acesso em: maio 2009.
- CORTELLA, Mário Sérgio. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. Repensando o envelhecer: entre o mito e a razão. *A Terceira Idade*, São Paulo, v. 10, n. 13, p. 7-28, abr. 1998.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____; SHÖR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

- KACHAR, V. *Terceira idade & informática: aprender revelando potencialidades*. São Paulo: Cortez, 2003.
- KARSCH, Ursula M. S. Políticas e programas de entidades públicas para a terceira idade no Brasil. *A Terceira Idade*, São Paulo, v. 12, n. 21, p. 49-53, fev. 2001. Edição especial.
- KRUG, Jorge Gilberto. A política, a educação social e a terceira idade. *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 8, p. 51-66, 2005.
- MARTINS, M. C. B. O. *A práxis libertadora e a apropriação das novas tecnologias no fazer docente da rede pública paulista*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, Felipe Schroeder de. *Aprendizagem por idosos na utilização da internet*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=158>. Acesso em: 18 fev. 2009.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. *Leituras freireanas sobre educação*. São Paulo: UNESP, 2003.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Tradução de Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2009.
- PIAGET, Jean. *A equilibração das estruturas cognitivas*. Rio de Janeiro : Zahar, 1977.
- POZO, J. I. *Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- RATZKA, A. D. A história da sociedade inclusiva na Europa. In: I Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, PUC Minas. *Anais...* Belo Horizonte: PUC Minas, 2001. Disponível em: <www.proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/arquivos>. Acesso em: 25 fev. 2009.
- VALENTE, José Armando. Aprendizagem continuada ao longo da vida: o exemplo da terceira idade. In: KACHAR, Vitória (Org.). *Longevidade: um novo desafio para a educação*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 27-44.



O envelhecer na sociedade educativa

Dirce Maran de Carvalho



O conceito de educação ao longo de toda a vida é a chave que abre as portas do século XXI. Ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente. Aproxima-se de um outro conceito proposto com frequência: o da sociedade educativa, onde tudo pode ser ocasião para aprender e desenvolver os próprios talentos.

DELORS, 2003, P. 117.

As conquistas nos vários campos do desenvolvimento científico, ao lado das intensas mudanças econômicas e sociais, contribuíram para o envelhecimento das pessoas em condições tão favoráveis a ponto de essa fase da vida ser chamada de “melhor idade”. Embora a “melhor idade” ainda não seja válida para todos, nas diferentes sociedades, podemos afirmar que já houve avanços significativos nessa conquista.

O desenvolvimento humano, visto como processo nos tempos atuais, está amparado nos recursos modernos, notadamente no amplo progresso da medicina e da tecnologia, viabilizando às pessoas melhores condições de vida. A comunicação



Dirce Maran de Carvalho é supervisora de Ensino da rede estadual, aposentada, mestranda em Educação, com pesquisa sobre Políticas Públicas em Educação, na Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Atualmente, integra a equipe da Assessoria Técnica da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

no mundo globalizado influencia as diversas áreas do conhecimento, permitindo à sociedade maior controle e vigilância das doenças e do perigo de trabalhos inóspitos e dotando as pessoas da dignidade própria da cidadania.

Identifica-se que o atributo “ser cidadão” tem relação direta com a democracia. Entretanto, a realidade muitas vezes revela situações conflitantes, e a população ainda não desfruta todo o aparato social e os bens a que tem direito por natureza e os advindos das contínuas transformações, fruto de lutas e reivindicações.

A conquista da cidadania requer constante aperfeiçoamento para que o interesse coletivo atinja um estágio aceitável, como afirma Vieira (1998, p. 40):

A cidadania, definida pelos princípios da democracia, constitui-se na criação de espaços sociais de luta – movimentos sociais – e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente conquista e consolidação social e política. A cidadania passiva, outorgada pelo Estado, se diferencia da cidadania ativa, na qual o cidadão, portador de direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.

O aumento da população idosa no Brasil é fato estatisticamente comprovado, e as formas de enfrentamento dessa realidade fazem surgir novas concepções. A preocupação com as questões sociais a respeito da temática na perspectiva que otimize as transformações na vida familiar, nas relações de trabalho e na vida social tem sido foco de estudos e pesquisas.

É evidente que a qualidade de vida futura de um cidadão é determinada por sua capacidade e pelas oportunidades que lhe são oferecidas quanto a educação, saúde e trabalho, aspectos, portanto, de ordem pessoal e dependentes das ações coletivas promovidas pela administração pública.



Uma sociedade democrática possui atributos equalizadores, com a finalidade de suprimir discriminações e resgatar a cidadania dos indivíduos, respeitando suas experiências acumuladas, seus valores e costumes tradicionais, dando-lhes plenas condições de viver com dignidade.

Dessa maneira, as políticas públicas nas sociedades democráticas têm de ser responsáveis pelas questões sociais, pelo bem-estar dos cidadãos e por seu desenvolvimento, principalmente dos grupos minoritários. No caso dos idosos, devem garantir boas condições de saúde, com autonomia física, mental e econômica, a excelência na perspectiva de vida e a assunção de papéis relevantes em seu meio social.

Os grupos minoritários muitas vezes encontram-se à margem das decisões políticas, das conquistas ofertadas, do direito natural de todo ser humano, conflitando com as consagradas disposições constitucionais.

Identifica-se que o atributo “ser cidadão” tem relação direta com a democracia.



PAULO PELEGRINO

Aula de violão no CRIJEM.

Vieira (1998, p. 39-40) observa:

A democracia não é apenas um regime político com partidos e eleições livres. É sobretudo uma forma de existência social. Democrática é uma sociedade aberta, que permite sempre a criação de novos direitos. Os movimentos sociais, nas lutas, transformaram os direitos declarados formalmente em direitos reais. As lutas pela liberdade e igualdade ampliaram os direitos civis e políticos da cidadania, criaram direitos sociais das chamadas minorias – mulheres, crianças, idosos, minorias étnicas e sexuais.

Dentre essas minorias, interessam-nos, aqui, os idosos, entendendo o envelhecimento como fase do desenvolvimento humano na qual ocorrem transformações psicológicas, psicossociais, orgânicas, acompanhadas pelas concepções e representações negativas que discriminam e excluem parcela significativa de cidadãos.

Das múltiplas maneiras de abordagem desse tema, este artigo adotará o enfoque educacional. É pela educação que o ser humano aprende

de a respeitar e a aceitar a continuidade do idoso no grupo familiar e social que ajudou a construir. Por sua vez, nessa convivência com o idoso, os mais jovens aprendem as tradições, os costumes, os valores familiares, a importância da vida em comunidade.

“Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros” corresponde a um dos quatro pilares essenciais a uma nova educação (Delors, 2000) e é o maior desafio que escola e educadores enfrentam, perante as desagregações hoje existentes, o que exige ações pedagógicas na formação do indivíduo para viver, fazer sua história e construir uma sociedade solidária.

A condição humana constitui objeto fundamental do ensino. Segundo Edgar Morin (2000), é indispensável ensinar a compreensão como meio e fim da comunicação humana, evidente entre os demais saberes por ele definidos, eixos como caminhos que se abrem para os que planejam e fazem educação de crianças e jovens:

- As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão.
- Os princípios do conhecimento pertinente.
- Ensinar a condição humana.
- Ensinar a identidade terrena.
- Enfrentar as incertezas.
- Ensinar a compreensão.
- A ética do gênero humano.

Embora nada se transforme na vida cotidiana somente com a edição de leis, decretos e demais normas, os atos normativos, a princípio, são o reconhecimento da sociedade e de seus líderes da importância do tema do envelhecimento da população e o que se quer alcançar na implementação de seus dispositivos.

A instituição do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) promoveu grande conquista a significativa parcela da sociedade brasileira,

É pela educação que o ser humano aprende a respeitar e a aceitar a continuidade do idoso no grupo familiar e social que ajudou a construir.

assegurando oportunidades e facilidades para preservação da saúde física e mental, aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Nele, o legislador intencionalmente preocupa-se com a formação dos alunos em todos os níveis de ensino (da educação básica à superior), inserindo o tema do processo de envelhecimento no currículo, conforme dispõe o artigo 22:

Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Como se vê, esse dispositivo legal define um caminho a ser percorrido, um percurso de formação escolar. O currículo é sempre o resultado de uma seleção da cultura.

Conforme recomendação da declaração “Ciência para o século XXI”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a construção dos currículos escolares deve voltar-se para conteúdos que abordem a ética na ciência, seu impacto cultural e a formação em história e filosofia da ciência, em constante diálogo entre a comunidade científica e a sociedade.

Portanto, é preciso que os sistemas escolares, responsáveis pela educação de crianças, jovens e adultos, observem atentamente as normas legais que embasam a educação em nosso país, em consonância com a prática social presente no parágrafo 2º do artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

A escola, por natureza, constitui-se como instituição social e está comprometida com propósitos educativos explícitos e com a promoção da socialização de seus alunos. Nessa função socializadora, dois aspectos se evidenciam no desenvolvimento humano: o contexto social e o cultural.

Cabe, portanto, à escola, em uma visão construtiva de princípios, destacando a cidadania e a dignidade da pessoa humana, constantes nos incisos do artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil: cuidar, zelar, exercer a valorização da cultura das próprias comunidades, ultrapassando seus limites, proporcionando-lhes a interação com as questões sociais de seu tempo e interesse.

Assim, com apoio em atos legais, constatam-se momentos em que o legislador, em determinado contexto democrático, idealizou nossa sociedade e sedimentou o alicerce onde está edificada a instituição escolar:

1. **A Constituição da República Federativa do Brasil** destaca os direitos e garantias fundamentais que embasam a construção da democracia.



Aula de bordado português no Centro Turístico, Esportivo e Cultural do Morro do São Bento, Santos (SP).

2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) diz em seu artigo 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

- a) O artigo em destaque apresenta o termo “educação” em sentido abrangente e, em sua essência, denotam-se os atributos da ação dos indivíduos uns sobre os outros, no processo formativo que se dará no decorrer da construção do destino de cada um, no ambiente familiar, no trabalho, no lazer e na escola. Por conseguinte, o amálgama dos diferentes conhecimentos e aprendizagens deve resultar no exercício da cidadania.
- b) Uma das finalidades da educação básica é assegurar “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania” (art. 22, LDB). A condição essencial da cidadania é sua titularidade quanto aos direitos e deveres, e, na educação escolar, a escola será o lócus para seu exercício.
- c) O artigo 27, inciso I, da LDB, mediante diretrizes definidas nos órgãos próprios do sistema, a serem observadas na elaboração dos conteúdos curriculares, preserva orientações dos preceitos constitucionais, os fundamentos e os objetivos da nação brasileira:

a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.



3. O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172/2001, compõe-se de metas e diretrizes em que todos, escola e educadores, estejam comprometidos com uma educação para a sociedade do conhecimento. Tem como objetivos, entre outros, “a elevação do nível de escolaridade da população e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis” e propõe a articulação e o desenvolvimento do ensino em todos os graus e modalidades quanto à integração das ações das políticas públicas, destacando-se a promoção humanística da questão do envelhecimento na abordagem curricular. Portanto, é fundamental que crianças e jovens, em sua formação, aprendam e participem da construção de conhecimentos sobre os idosos no processo de envelhecimento, a fim de que possam conceber essa etapa da vida como natural, respeitando cada qual em seu contexto.
4. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) sinalizam as referências nacionais comuns ao processo educativo, respeitando, porém, as diversidades regionais e a pluralidade cultural do país. É um documento de natureza indicativa e interpretativa, que, por meio da interação e do diálogo, dá significado às construções pedagógicas sem, contudo, ter sentido obrigatório, mas constituindo-se em rota segura na construção curricular.
 - a) Para o **ensino fundamental**, os PCNs indicam o universo de conhecimentos indispensáveis ao exercício da cidadania, em que os conteúdos se completem indo além dos conceitos, propiciando a práxis nos procedimentos contidos nos valores e atitudes formadores do entendimento da cidadania como participação social e política. Também ressaltam o exercício de direitos e deveres políticos, sociais e civis no cotidiano, pautados na solidariedade, na cooperação, no repúdio às injustiças, no

A vida cidadã, articulada em seus vários aspectos às áreas do conhecimento, constitui-se no exercício de direitos e deveres de todos os membros da sociedade.



respeito ao outro e na exigência para si do mesmo respeito, os quais devem fazer parte das propostas curriculares desenvolvidas em salas de aula. Outro objetivo muito importante na formação do educando, segundo os PCNs, é:

conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva.

Por conseguinte, as diferentes áreas e conteúdos, seguindo o tratamento transversal entre os conhecimentos, a cultura de nosso tempo e a vida cidadã, devem levar em conta as questões sociais de forma a contemplá-las no complexo campo curricular, sem restrição na abordagem de uma única área ou disciplina, visando à aquisição dos objetivos gerais da educação. A vida cidadã, articulada em seus vários aspectos às áreas do conhecimento, constitui-se no exercício de direitos e deveres de todos os membros da sociedade, dos grupos e instituições

que se articulam em ações colaborativas, objetivando, desse modo, o bem-estar social transformador para uma convivência salutar.

- b) No **ensino médio**, etapa final da educação básica, além de aprofundar e consolidar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, destaca-se a importância do protagonismo do aluno por meio de conteúdos contextualizados, ou seja, no cumprimento das finalidades desse nível de ensino, devem ser asseguradas, especialmente, as relações reais entre conhecimento e contexto, objetivando, conforme o inciso II do artigo 35 da LDB:

o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Ponderando acerca dessa finalidade, assevera-se que a escola de ensino médio, no escopo da atual norma educacional, tem de traduzir os ideais para o século XXI, na perspectiva de contribuir com as novas gerações e desenvolver seu potencial, traduzido na melhoria do ser humano, dotando-as de conhecimentos, habilidades e competências. No entanto, paralelamente, deve ser prática diária da escola a educação do caráter, da preservação dos bens culturais, dos valores e da responsabilidade social.

A interdisciplinaridade e contextualização são a alavanca para o êxito do processo ensino-aprendizagem e da prática didático-pedagógica do ensino médio.

5. As **Diretrizes Curriculares Nacionais**, instituídas pela Resolução nº 2 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em 1998, são linhas gerais de ação, proposições de caminhos abertos à tradução em diferentes programas de ensino.

O envelhecimento há que se tornar realidade no aprendizado dos conteúdos programáticos, nos livros didáticos e nas ações cotidianas das escolas.



Trata-se do:

conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica, [...] que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas (art. 2º, Res. nº 2/1998, CNE/CEB).

Os conteúdos escolares escolhidos, planejados pelos sistemas de ensino e traduzidos pelos docentes em suas salas de aula devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais de seu tempo, de cada momento histórico.

Embora o envelhecimento venha acontecendo desde que o ser humano surgiu no Universo, somente hoje as reivindicações começam a ser ouvidas e as políticas públicas se manifestam. Portanto, há que se tornar realidade no aprendizado dos conteúdos programáticos, nos livros didáticos, nas discussões do projeto pedagógico e nas ações cotidianas das escolas.

6. O Conselho Estadual de Educação (CEE) paulista é órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema de ensino do Estado de São Paulo (art. 242, CF). Define as orientações para a organi-

zação e distribuição dos componentes curriculares dos ensinos fundamental e médio do sistema de ensino paulista, designando disciplinas e conteúdos programáticos.

A **Deliberação CEE nº 77/2008**, em sintonia com os preceitos das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com os princípios constitucionais quanto à flexibilidade na organização curricular, determina que os **conhecimentos sobre o processo de envelhecimento** sejam componentes obrigatórios das matrizes curriculares.

As escolas do sistema de ensino do Estado de São Paulo devem seguir as orientações da citada deliberação na elaboração, gestão e organização de sua proposta pedagógica, respeitando as diversidades, o acesso aos conhecimentos e os valores indispensáveis ao convívio em uma sociedade em processo de mudança permanente. Dessa maneira, cabe a elas compreender a dimensão dessas disposições no texto da lei e zelar pelo desenvolvimento do currículo, considerando-o em sua amplitude, para que as aprendizagens se constituam em conteúdos transformados em ambiente próprio, cujo ator principal é o aluno e o professor, seu mediador.

Será nesse cenário que as escolas, em sua proposta pedagógica e no desencadeamento das ações curriculares de modo interdisciplinar e contextualizado no ensino médio e transversal no ensino fundamental, cuidarão da elaboração de currículos e planos de ensino na educação básica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, contemplando conteúdos que abordem o envelhecimento.

Nessa perspectiva, a construção do conhecimento possibilitará aos educandos a obtenção das informações necessárias que os preparem para o ciclo da vida, desde o nascimento até o alcance da velhice de forma natural.

A construção do conhecimento, nessa interação disciplinar, objetiva preparar crianças e jovens para a convivência com idosos e para o próprio processo de envelhecer.

A construção do conhecimento, nessa interação disciplinar, deve ser conduzida na direção compreensiva da inserção social do idoso, objetivando preparar crianças e jovens para a convivência com idosos e para o próprio processo de envelhecer.

Segundo Gimeno Sacristán (1998, p. 125), a escolaridade é um percurso para os alunos e o currículo é seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu progresso.

É essencial compreender que a atual legislação sobre educação, os atos normativos dos órgãos dos sistemas de ensino e demais orientações, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são os indicadores dos princípios da organização do currículo. Logo, constituem os fundamentos para que a escola assuma a incumbência de elaborar e executar a proposta pedagógica e se disponha a salientar a dimensão transdisciplinar dos conteúdos nos inúmeros espaços didáticos, condutores da escola cidadã em permanente construção de uma sociedade cidadã.

Por fim, a importância do tema do envelhecimento e as bases legais que lhe dão sustentação implicam a clareza e a garantia da participação dos sistemas de ensino e sua rede de escolas na formação dos alunos, em todos os níveis, assumindo tal responsabilidade com a sociedade, respeitando os valores comuns e reconhecendo que, se tivermos esse privilégio, todos envelheceremos em algum tempo.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1998, 2002.
- DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 8. ed. São Paulo/Brasília: Cortez/MEC, 2003.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2000.
- SACRISTÁN, G. J. A.; GOMEZ, A. I. Perez. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1998.



SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

